MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAI/2011 A ABR/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

RGF - ANEXOT (LRF, art. 55, inciso i, aimea a)	DESPESAS EXECUTADAS	
	Mai/2011 a Abr/2012	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	433.801.103,71	670.801,66
Pessoal Ativo	433.801.103,71	670.801,66
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.084.878,94	224.438,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.473.693,23	130.007,04
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	611.185,71	94.431,23
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	430.716.224,77	446.363,39
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	431.162.588,16	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	30.441.133.021,66	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	1,42	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6,00%>	1.826.467.981,30	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,70%>	1.735.144.582,23	

Fonte: Demonstrativos recebidos da CMSP e TCMSP.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força, do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 1 Foram cancelados até o mês de Abr/12 do TCM o montante de R\$ 6.724.986.12, restando R\$ 670.801,66 de saldo de Restos a Pagar não Processados.